



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

11/01/2014

INDICE

1. JORNAL ATOS E FATOS	
1.1. CARTÓRIOS.....	1
1.2. EXECUÇÕES PENAIS.....	2 - 3
2. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
2.1. EXECUÇÕES PENAIS.....	4 - 7
2.2. PUBLICIDADE LEGAL.....	8
3. JORNAL O DEBATE	
3.1. CNJ.....	9
3.2. EXECUÇÕES PENAIS.....	10 - 12
4. JORNAL O IMPARCIAL	
4.1. CARTÓRIOS.....	13
4.2. EXECUÇÕES PENAIS.....	14 - 21
5. JORNAL O QUARTO PODER	
5.1. EXECUÇÕES PENAIS.....	22 - 24
6. JORNAL PEQUENO	
6.1. CARTÓRIOS.....	25 - 26
6.2. CORREIÇÕES.....	27
6.3. EXECUÇÕES PENAIS.....	28 - 35
6.4. PUBLICIDADE LEGAL.....	36
6.5. TELEJUDICIÁRIO.....	37

Serviços cartoriais tiveram REAJUSTES DE 5,58%

Estão em vigor, desde o dia 1º de janeiro, as tabelas com os novos valores das custas e emolumentos cobrados pelos cartórios no Maranhão. As taxas a serem praticadas durante o ano de 2014 foram reajustadas pelo Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA) em 5,58%, conforme prevê a Lei 9.109/2009, que regula a cobrança dos serviços.

O percentual teve como base o índice nacional de preços ao consumidor (INPC), apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no pe-

ríodo de dezembro de 2012 a novembro de 2013.

De acordo com a Resolução 73/2013, os valores dos emolumentos devem ser compatíveis com os custos de remuneração dos serviços prestados pelos cartórios. A divulgação da tabela é obrigatória por parte das serventias.

"O índice aplicado consiste apenas numa atualização monetária, a fim de adequar os valores praticados pelos cartórios à realidade econômica atual", explicou a diretora do Fundo de Modernização e Reaparelhamento

do Judiciário (FERJ), Celerita Dinorah de Carvalho.

TABELA - A nova tabela traz, de forma detalhada, os valores a serem aplicados pelos cartórios extrajudiciais de todo o Estado nos serviços de registro civil das pessoas físicas e jurídicas, registros de imóveis e protestos de títulos. Os valores variam de R\$ 3,20 (distribuição de petição inicial) a R\$ 8.082,70 (máximo para a execução de título judicial).

ARRECADAÇÃO - Do total arrecadado pelos cartórios extrajudiciais, 12% são destinados ao FERJ,

que subsidia as despesas de elaboração e execução de planos, programas e projetos para a modernização e o desenvolvimento dos serviços judiciários. Os outros 88% restantes da receita são para os cartórios.

Do total arrecadado pelos cartórios extrajudiciais, 12% são destinados ao FERJ, que subsidia as despesas de elaboração e execução de planos, programas e projetos para a modernização e o desenvolvimento dos serviços judiciários. Os outros 88% restantes da receita são para os cartórios.

CDH do Senado virá ao Maranhão para analisar SISTEMA CARCERÁRIO



A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) fará uma diligência em São Luís do Maranhão na próxima segunda-feira (13). O objetivo é ver de perto a situação do Complexo Penitenciário de Pedrinhas, onde foram assassinados cerca de 60 detentos em 2013.

PÁGINA 3

 **CRISE**

CDH do Senado virá ao Maranhão para analisar sistema carcerário

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) fará uma diligência em São Luís do Maranhão na próxima segunda-feira (13). O objetivo é ver de perto a situação do Complexo Penitenciário de Pedrinhas, onde foram assassinados cerca de 60 detentos em 2013. Segundo a presidente da comissão, senadora Ana Rita (PT-ES), a visita também servirá para que a CDH se posicione sobre a possibilidade de uma intervenção federal no estado.

Em entrevista à Agência Senado, Ana Rita disse que a comissão está acompanhando as notícias pela imprensa e que considera a situação muito grave. A senadora afirmou que assistiu a um vídeo divulgado na internet em que detentos mostram corpos de colegas decapitados no presídio em dezembro passado e comemoram o feito. Segundo a senadora, a sociedade está com dificuldades de ter acesso ao presídio e os familiares



Presidente da comissão, senadora Ana Rita

estão preocupados.

De acordo com a senadora, por enquanto, estão confirmados na diligência os senadores Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) e João Capiberibe (PSB-AP), vice-presidente da CDH. Ela está convidando outros membros da comissão para a viagem.

Ana Rita adiantou alguns compromissos da programação da diligência, que ainda está sendo elaborada. Segundo a senadora, os parlamentares devem viajar no domingo à noite para chegarem na manhã de segunda-feira ao local. Pela manhã, haverá uma reunião com a Sociedade Maranhense de Direitos Humanos e uma visita ao presídio. À tarde, a comissão deve se reunir com as autoridades locais da administração penitenciária, do Tribunal de Justiça, da Defensoria Pública e outros.

- É um primeiro passo para dialogar com a sociedade e definir os próximos encaminhamentos - disse Ana Rita.

- **A corregedora**-geral de Justiça, desembargadora Nelma Sarney, deve anunciar no início na semana que vem como vai funcionar o mutirão em Pedrinhas.

Comitê já discute soluções para problemas em prisões

Comitê de Ações Integradas, presidido pela governadora Roseana Sarney, foi criado ontem, em reunião no Palácio dos Leões, e é uma das medidas anunciadas quinta-feira para combater os problemas do sistema prisional do Maranhão. **Geral 5**



A governadora Roseana Sarney presidiu ontem, no Palácio dos Leões, a primeira reunião do Comitê de Ações Integradas, composto pelos Três Poderes do Estado, órgãos de segurança e Ministério Público

Criado o comitê de combate à crise no sistema penitenciário do estado

Governadora Roseana Sarney, acompanhada de secretários de Estado, representantes do Ministério Público e dos poderes Judiciário e Legislativo, presidiu ontem a 1ª reunião do Comitê Gestor de Ações Integradas, em solenidade no Palácio dos Leões

Mario Carvalho
Da equipe de **O Estado**

A governadora Roseana Sarney (PMDB) coordenou, ontem à tarde, a primeira reunião do Comitê de Ações Integradas, no Palácio dos Leões, que faz parte de uma das 11 medidas anunciadas na última quinta-feira pelo ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, para combater os problemas no sistema prisional do Maranhão.

O Comitê é presidido pela governadora do Estado e composto por integrantes do Executivo, do Legislativo e do Judiciário, supervisionado por membros do Governo Federal. Também fazem parte integrantes das polícias Civil e Militar, Ministério Público Estadual (MP), Polícia Rodoviária Federal (PRF), Secretaria Nacional de Segurança Pública e Departamento Penitenciário Nacional (Depen).

"O conselho já começou a funcionar hoje [ontem] e tem metas, tarefas e datas marcadas para o cumprimento das ações que estão previstas. Esperamos que, com essas ações, possamos debelar essa crise instalada em parte da Penitenciária de Pedrinhas", afirmou a governadora.

Na oportunidade, Roseana Sarney anunciou a assinatura do decreto de criação do Comitê. Ela fez questão de ressaltar o apoio que tem recebido do Tribunal de Justiça, da Assembleia Legislativa e do Ministério Público para resolver questões pendentes e inerentes ao setor.

"Esperamos que, com as ações que serão desenvolvidas por este Comitê, possamos debelar a crise que está instalada no sistema prisional e que já está passando numa parte do Complexo Penitenciário de Pedrinhas", ressaltou.

Roseana Sarney reforçou que o governo estadual, com o apoio do Governo Federal, está preparado para realizar uma série de medidas para trazer a normalidade às unidades prisionais do Maranhão.

"Cumpriremos as ações que foram estabelecidas pelo ministro da Justiça [José Eduardo Cardozo]. E essas ações fazem parte deste decreto assinado por mim. São ações que também estão sendo elaboradas pelo Governo do Estado e que complementam outras, propostas pelo Governo Federal", frisou.

O conjunto de 11 ações anunciadas pelo ministro da Justiça contempla não só a criação do Co-

“

Esperamos que, com essas ações, possamos debelar essa crise instalada em parte da Penitenciária de Pedrinhas"

Roseana Sarney, governadora do Estado

mitê de Ações Integradas, que é formado pelo três Poderes e outros órgãos de segurança, mas também a remoção de presos para presídios federais, mutirão das defensorias públicas federal e estadual, auxílio da Força Nacional de Segurança que deve permanecer no Maranhão até fevereiro, plano de ação integrada de inteligência e segurança nacional, construção de novas unidades prisionais, núcleo de atendimento para as famílias de presos, criação do setor de saúde prisional que terá verbas

destinadas para que os presos tenham atendimento de médicos e enfermeiros, capacitação das forças policiais, efetivação das penas alternativas e a integração do Ministério Público e do Poder Judiciário.

Participaram da reunião os secretários de Estado, Aluísio Mendes (Segurança Pública), Sebastião Uchoa (Justiça e Administração Penitenciária), João Abreu (Casa Civil), Luiza Oliveira (Direitos Humanos, Assistência Social e Cidadania), Catharina Bacelar (Mulher) e o adjunto de Inteligência da SSP, Laércio Costa. Também presentes o presidente do Tribunal de Justiça (TJ), Cleonice Freire; o presidente da Assembleia Legislativa, Arnaldo Melo; o deputado Roberto Costa; o defensor-geral do Estado, Aldy Mello Filho; o coordenador da Unidade de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário, desembargador Froz Sobrinho; a corregedora-geral de Justiça, desembargadora Nelma Sarney; o coordenador do Centro de Apoio Operacional (Caop) Criminal, Claudio Cabral Marques; a delegada-geral da Polícia Civil, Cristina Meneses; o comandante da PMMA, coronel Aldimar Zanoni Porto; entre outras autoridades federais e do estado.



Governadora Roseana Sarney (ao centro) e autoridades durante reunião para a criação do Comitê Gestor de Ações Integradas

Medidas a serem desenvolvidas

Os Governos do Estado e Federal realizarão uma série de medidas em prol da Segurança Pública no Maranhão, são elas:

1. Criação do Comitê de Ações Integradas
Será composto pelos três poderes do Estado do Maranhão - Poder Executivo, Legislativo e Judiciário - e também pelas Polícias Civil e Militar, o Ministério Público do Maranhão, Polícia Rodoviária Federal, a Secretaria Nacional de Segurança Pública e o Departamento Penitenciário Nacional (Depen), entre outros, com o objetivo de integrar as ações de todos os órgãos. A governadora Roseana Sarney será a presidente do Comitê.

2. Remoção de Presos
O Ministério Justiça já ofereceu ao Governo do Maranhão vagas em presídios federais de Segurança Máxima para receber presos do Complexo Penitenciário de Pedrinhas, em São Luís. A remoção deverá acontecer em breve.

3. Mutirão das Defensorias Públicas
A ação vai reunir defensores públicos do Maranhão e Federal - e poderá contar com auxílio de defensorias de outros estados também - para analisar caso a caso, verificando as penas e se o apenado tem direito à progressão. Com isso, pretende-se respeitar o direito dos presos e corrigir possíveis irregularidades, como pessoas presas além do tempo estipulado na pena. Além disso, o mutirão deve contar com juizes e promotores para o trabalho seja o mais célere possível.

4. Auxílio da Força Nacional

A Força Nacional já está no Maranhão e deve continuar no estado até o fim de fevereiro, a medida visa dar apoio ao sistema prisional maranhense.

5. Plano de Ação Integrada de Inteligência e Segurança Nacional
O plano vai criar procedimentos internos nos presídios, e a inteligência prisional vai detectar as infrações existentes nos locais, com a existência de celulares e televisões. O plano é integrado para que as ações de segurança do Maranhão sejam discutidas em conjunto.

6. Construção de Unidades Prisionais
O Governo do Maranhão já tem em fase de conclusão várias unidades prisionais, como a de segurança máxima em São Luís (com 150 vagas), e a reforma e ampliação das unidades de Coroatá (com 150 vagas), de Codó e Balsas (cada uma com 200 vagas) e sendo concluída a construção do Presídio de Imperatriz (250 vagas). Com isso, será possível por em prática um plano de realocação prisional, evitando conflitos entre os internos.

7. Núcleo para famílias
O núcleo de atendimento para as famílias dos presos vai ser criado com o objetivo de fornecer serviços relacionados ao sistema prisional e informações gerais, garantindo mais conforto no atendimento aos parentes de presos.

8. Saúde Prisional
O setor de saúde prisional terá verbas destinadas para que os presos tenham atendimento de médicos e enfermeiros. O ministro Cardozo ressaltou que o Ministério vai ajustar o plano de saúde para que o preso do Maranhão tenha acesso a esse serviço.

9. Capacitação
As forças policiais terão apoio para capacitação, de forma a desenvolver um plano de atendimento.

10. Penas alternativas
Outra ação que deve ser desenvolvida por meio da parceria entre o Governo Federal e o Estadual é a implantação de alternativas penais, como a revisão de penas alternativas e monitoramento eletrônico.

11. Integração entre Poder Judiciário e Ministério Público
A Secretaria de Reforma do Poder Judiciário, do Ministério da Justiça, e o Departamento de Penitenciária Nacional, em conjunto com o governo do Maranhão, proporão ao Poder Judiciário e ao Ministério Público uma reunião conjunta. Logo após definidas as diretrizes do Mutirão e os prazos de realização, uma reunião com juizes e promotores, justamente, para que o trabalho do Mutirão seja absorvido com rapidez com relação ao que for detectado.

NOTA DE ESCLARECIMENTO

Em atenção à notícia amplamente divulgada, em 9 de janeiro do corrente ano, no jornal "O Estado de São Paulo", intitulada "*Maranhão dobra gasto com prisão terceirizada*", a empresa Atlântica Segurança Técnica Ltda. ("Atlântica Segurança Técnica") citada negativamente na referida notícia, vem prestar os seguintes esclarecimentos.

Com atuação desde 1986, a Atlântica Segurança Técnica tem se firmado como uma das maiores, senão a maior, empresa especializada na prestação de serviços de segurança e vigilância armada no Estado do Maranhão, possuindo mais de 8.000 (oito mil) empregados, sendo referência, neste ramo, contando com vasta experiência e inquestionáveis credibilidade e profissionalismo na execução das suas atividades empresariais.

Esclarece a Atlântica Segurança Técnica que, em janeiro de 2012, firmou contrato com o Estado do Maranhão, por intermédio da Secretaria de Estado da Justiça e da Administração Penitenciária – SEJAP, para a prestação de serviços de vigilância e segurança nas instalações prisionais de responsabilidade daquela Secretaria em todo o Estado do Maranhão, com previsão de implantação de 80 (oitenta) postos, incluindo o Complexo Penitenciário de Pedrinhas.

O mencionado contrato, é preciso ressaltar, foi firmado com base no art. 15 da Lei 8666/93, a partir da adesão da SEJAP-MA à Ata de Registro de Preço n. 36/2011-TJMA resultado da licitação realizada pelo Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão (Pregão Eletrônico n. 25/2011-TJMA), da qual a Atlântica Segurança Técnica se sagrou vencedora, de modo que a contratação foi, e continua sendo, absolutamente legal.

A Atlântica Segurança Técnica informa que parte significativa do custo resultante do contrato celebrado com o Estado do Maranhão, através da SEJAP, corresponde à remuneração e demais despesas com os seus vigilantes, os quais, por força da Convenção Coletiva de Trabalho do ano de 2013, foram beneficiados com reajuste salarial e com a elevação do adicional de risco que passou de 11 (onze) para 30% (trinta por cento), impactando, por sua vez, nos encargos sociais incidentes.

Por outro lado, também no ano de 2013, houve um acréscimo expressivo na quantidade de postos de vigilância e segurança atendidos pela Atlântica Segurança Técnica, justificando, assim, a majoração nos pagamentos feitos pela SEJAP naquele ano em relação ao anterior.

Quanto à suposta ausência de treinamento dos terceirizados para os serviços que estão sendo prestados pela Atlântica Segurança Técnica, informa esta empresa que, além da capacitação providenciada pela própria Atlântica, os vigilantes e seguranças alocados no sistema prisional do Estado do Maranhão são devidamente treinados pela SEJAP, a exemplo do que ocorre com os agentes penitenciários.

Por fim, a Atlântica Segurança Técnica, restabelecendo a verdade dos fatos, enfatiza que o seu representante legal, Sr. Luiz Carlos Cantanhede Fernandes, não é sócio do Sr. Jorge Murad, marido da Governadora do Estado do Maranhão, como, acodadamente, se veiculou através da notícia ora esclarecida.

São Luis (MA), 9 de janeiro de 2014.

Atlântica Segurança Técnica Ltda.

PEDRINHAS

CDDPH vai retomar propostas do CNJ para conter violência

O Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH), órgão da Secretária de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH), vai retomar as propostas apresentadas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para conter a crise na penitenciária de Pedrinhas, no Maranhão. A decisão consta em declaração pública aprovada pelo órgão, em reunião extraordinária realizada nesta quinta-feira (9), em Brasília. O encontro foi convocado pela ministra da SDH, Maria do Rosário, justamente para debater os recentes episódios de violência no complexo penitenciário.

Na reunião, o juiz e coordenador do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas (DMF) do CNJ, Douglas Martins, entregou formalmente ao CDDPH o relatório sobre a situação em Pedrinhas. O documento é o mesmo que o magistrado já havia apresentado ao presidente do CNJ e do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Joaquim Barbosa em 27 de dezembro.

O documento relata o histórico de motins e mortes nos presídios maranhenses - e especificamente em Pedrinhas -, assim como as recomendações e termos de ajustamento de conduta propostos pelo CNJ e demais órgãos para solucionar os problemas. Nenhuma das sugestões foi acatada pelo governo local até o momento.

Maria do Rosário destacou a importância do diagnóstico produzido pelo CNJ para a elaboração de um plano emergencial para conter a crise em Pedrinhas. Na reunião, a ministra e demais conselheiros aprovaram uma declaração pública sobre a onda de violência que ultrapassou os muros da penitenciária. No documento, o CDDPH decidiu reforçar as iniciativas já tomadas pelo CNJ e o CNMP, "considerando justamente o diagnóstico produzido por ambos os órgãos sobre a situação no sistema carcerário local".

O CDDPH também decidiu solicitar ao governo estadual a adoção de um plano emergencial para sanar "as graves violações dos direitos humanos no complexo penitenciário". Nesse sentido, se comprometeu a apresentar propostas para o planejamento. "É difícil, em uma crise, uma única instituição apresentar soluções. Essa declaração significa a nossa vontade de participar dessa busca por soluções. Significa que o conselho está à disposição", afirmou a ministra Maria do Rosário. **Fonte: CNJ**

Página 02

NACIONAL

Comitiva de senadores faz visita a presídio do Maranhão na segunda

Parlamentares da Comissão de Direitos Humanos do Senado programaram para segunda-feira (13) uma "diligência" no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, em São Luis, informou a assessoria do órgão.

Comitiva de senadores faz visita a presídio do Maranhão na segunda

'Diligência' foi programada pela Comissão de Direitos Humanos do Senado. Grupo também terá encontros com OAB, MP, TJ e governadora do estado



Levantamento indicou que uma de cada quatro mortes de presos no Brasil no ano passado ocorreu no MA

Parlamentares da Comissão de Direitos Humanos do Senado programaram para segunda-feira (13) uma "diligência" no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, em São Luis, informou a assessoria do órgão.

Às 12h30, o grupo visitará Pedrinhas, centro da crise do sistema prisional do Mara-

nhão. Os senadores também terão encontros com autoridades, entre as quais a governadora Roseana Sarney (PMDB).

Brigas de facções em Pedrinhas provocaram cerca de 60 mortes no presídio no ano passado, algumas por decapitação, situação que levou a Organização das Nações Unidas

(ONU) a pedir ao Brasil a apuração das violações de direitos humanos. Levantamento indicou que uma de cada quatro mortes de presos no Brasil no ano passado ocorreu no Maranhão. Na semana passada, uma onda de ataques foi deflagrada em São Luis após ordens emitidas por chefes da

facções presos em Pedrinhas. Ônibus foram incendiados, delegacias foram alvejadas com tiros e uma menina de 6 anos morreu com 95% do corpo queimado.

Além da visita ao presídio, os senadores participarão às 10h de uma reunião na sede da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); às 14h30, terão encontro com membros do Ministério Público do Maranhão; às 16h, com a presidente do Tribunal de Justiça, Cleonice Silva Freire; e, às 17h, audiência com a governadora Roseana Sarney.

A comitiva do Senado no Maranhão reunirá pelo menos a presidente da comissão, Ana Rita (PT-ES), o vice, João Capiberibe (PSB-AP) e Randolfê Rodrigues (PSOL-AP), senadores que tinham confirmado presença até esta sexta.

Nesta quinta (9), o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, anunciou um plano emergencial para tentar diminuir a violência no sistema carcerário do estado. O plano reúne 11 medidas, entre as quais a criação de um comitê gestor coordenado pela governadora Roseana Sarney e supervisionado pelo governo federal, que prevê ações integradas entre Executivo, Legislativo e Judiciário.

Governo reúne com Comitê Gestor e discute caos no sistema prisional

Roseana ressaltou que as 11 medidas, apresentadas pelo ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, serão adotadas em conjunto pelos órgãos estaduais e federais, para acontecerem de forma mais rápida



Governadora anuncia à imprensa as metas do Comitê Gestor

A governadora Roseana Sarney, acompanhada de secretários de Estado e de representantes do Ministério Público, do Judiciário e do Legislativo, presidiu a 1ª reunião do Comitê Gestor de Ações Integradas, na tarde desta sexta-feira (10), no Palácio dos Leões. Ela ressaltou que assinou o Decreto nº 29.757, de criação do Conselho, uma das 11 medidas a serem implementadas por meio da parceria entre os Governos do Estado e Federal e que vai contribuir para a resolução da crise no sistema penitenciário.

"O conselho já começou a funcionar hoje e tem metas, tarefas e datas marcadas para o cumprimento das ações que estão previstas. Esperamos que, com essas ações possamos debelar essa crise instalada em parte da Penitenciária de Pedrinhas", afirmou a governadora.

Roseana ressaltou que as 11 medidas, apresentadas pelo ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, durante coletiva de imprensa na quinta-feira (9), serão adotadas em conjunto

pelos órgãos estaduais e federais, para acontecerem de forma mais rápida. "Uma ação complementa a outra. E nós criamos equipes, e cada equipe vai tomar conta de uma ação, pois elas são específicas de cada área, é como se fosse um mutirão de trabalho para darmos uma resposta imediata ao povo do Maranhão", completou.

Participaram da reunião os secretários de Estado, Aluísio Mendes (Segurança Pública), Sebastião Uchoa (Justiça e Administração Penitenciária),

João Abreu (Casa Civil), Luiza Oliveira (Direitos Humanos, Assistência Social e Cidadania), Catharina Bacelar (Mulher) e o adjunto de Inteligência da SSP, Laércio Costa.

Também presentes o presidente do Tribunal de Justiça (TJ), Cleonice Freire; o presidente da Assembleia Legislativa, Arnaldo Melo; o deputado Roberto Costa; o defensor geral do Estado, Aldy Mello Filho; o coordenador da Unidade de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário, desembargador Froz Sobrinho; a corregedora -geral de Justiça, desembargadora Nelma Sarney; o coordenador do Centro de Apoio Operacional (Caop) Criminal, Claudio Cabral Marques; a delegada Geral da Polícia Civil, Cristina Meneses; o comandante da PMMA, coronel Aldimar Zanoni Porto; entre outras autoridades federais e do estado.

Medidas - Os Governos do Estado e Federal realizarão uma série de medidas em prol da Segurança Pública no Maranhão. Ainda nesta sexta-feira (10), foi assinado o decreto apresentando as ações, são elas:

CRIAÇÃO DO COMITÊ DE AÇÕES INTEGRADAS - Presidido pela governadora Roseana Sarney, o Comitê é composto por representantes dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário do Maranhão, e também pelas Polícias Civil e Militar, o Ministério Público do Maranhão, Polícia Rodoviária Federal, a Secretaria Nacional de Segurança Pública e o Departamento Penitenciário.

Cartórios

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) reajustou, em 5,58%, os valores de custas cobrados pelos cartórios no estado para o ano de 2014, conforme a Lei 9.109/2009. A nova tabela entrou em vigor desde o dia 1º de janeiro.

R\$
3,20

é o novo valor aplicado na distribuição de petição inicial. Já R\$ 8.082,70 é o valor máximo para a execução de título judicial.

Percentual

Segundo informações do TJMA, o "percentual teve como base o índice nacional de preços ao consumidor (INPC), apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - (IBGE), no período de dezembro de 2012 a novembro de 2013"

Bastidores

O agravamento da crise do sistema penitenciário está começando a superar a beligerância entre os poderes constituídos. Todos falam em união de forças. **POLÍTICA 3**

União de forças

Para combater as organizações criminosas no Maranhão e no restante do Brasil, é preciso planejamento, recursos materiais e financeiros, treinamento exaustivo, determinação, integração de forças e comando unificado em cada estado. Tem que unir os poderes Executivo, Judiciário, Legislativo, Ministério Público, governo federal e Força Nacional de Segurança. Se for preciso, também o Exército e Marinha, que já intervieram no Rio de Janeiro na questão da violência nos morros.

Se há um agravamento da criminalidade, o combate tem que ser com os poderes do Estado agindo sintonizados, mostrando que estão prontos para o sufocamento. A reunião do Palácio dos Leões entre Roseana Sarney; o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo; a procuradora-geral de Justiça, Regina Lúcia de Almeida; a presidente do Tribunal de Justiça, Cleonice Freire; e do chefe da Defensoria Pública, Aldy Melo, marcou uma etapa importante na proposta de enfrentamento da crise.

O que não pode continuar é o caos no sistema e as autoridades trocando acusações de culpa. É tudo que o crime organizado quer. Ver a instituição do Estado fragmentada e os chefes dos poderes no velho jogo do empurra, quando todos têm responsabilidade. Agora, com o caldeirão derramado, a única alternativa é a conjugação de esforços e todos partirem para a solução. Naturalmente, sob o comando do governo Roseana Sarney, que tem a seu dispor os instrumentos de ação, reação e coerção.



TRANSFORMAÇÃO

Evangélicos e católicos prestam orientação espiritual a detentos

O missionário Erisson Sousa (foto) foi um dos pastores que, ao lado de padres, estiveram ontem nas várias unidades prisionais do Complexo de Pedrinhas para prestar orientação espiritual e apoio religioso aos detentos. Os religiosos pretendem voltar muitas outras vezes. Acreditam que a conversão dos presos ajudará a deter a violência. URBANO

EVANGELIZAÇÃO

Pastores vão a Pedrinhas

Presídio recebeu, na manhã de ontem, a visita de grupo de pastores e missionários que levou fé, orientação espiritual e esperança aos detentos

"Nosso trabalho é levar a paz aos presídios e esperança aos internos", relatou o missionário, pastor e coordenador do grupo O.R.E. Pedrinhas - Obreiros Reunidos Evangelizando, Erisson Sousa. Formado por pessoas de várias congregações religiosas, o grupo formado por 30 missionários visitou as detenções da capital, na manhã de ontem, para prestar orientação espiritual e apoio religioso aos detentos. A ação foi motivada pelas recentes ocorrências no sistema carcerário, entre estas, a rebelião no Centro de Detenção Provisória (CDP), onde presos foram decapitados; e os ataques a ônibus e delegacias que culminaram com quatro feridos, sendo dois graves, e a morte de uma criança. A proposta é que sejam realizadas visitas regulares às detenções. Os missionários visitaram as unidades do Complexo Penitenciário de Pedrinhas.

"Eu penso em me converter, mas, primeiro quero conhecer a palavra, quero saber mais. O trabalho deles é muito importante e muda a cabeça da gente", disse Gecivan Madeira, de 27 anos. Ele é do município de Bom Jardim e cumpre pena no Presídio São Luís I, onde está há quase cinco anos por ter se envolvido em brigas. A ala onde fica é em sua maioria formada de evangélicos, alguns entraram na detenção seguindo a religião, e outros foram convertidos durante os trabalhos dos missionários. A evangelização trouxe para ele uma perspectiva de vida melhor e esperança para quando sair da detenção. "Quero ter conhecimento, mas já sei que não vou ficar nessa vida de crimes. Isso não leva ninguém a nada", disse, lembrando que quer voltar ao convívio da família.

Outro interno, Emerson Roberto, de 29 anos, estava foragido há 10 anos e, em maio do ano passado, resolveu se entregar. Ele atribui à vida na igreja que



Missionário Erisson Sousa detalhou o trabalho de evangelização desenvolvido no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, na manhã de ontem



Tenho fé que vou sair daqui antes e retomar minha vida

Emerson Roberto, 29 anos, detento

o incentivou a tomar a decisão correta. "Eu construí família, arrumei trabalho e vi que precisava pagar essa minha dívida com a justiça. Eu me sinto melhor agora por ter feito a coisa certa", avalia. Emerson foi condenado a cumprir 21 anos por homicídio, mas acredita que seu comportamento e sua atitude podem lhe garantir benefícios. "Tenho fé que vou sair daqui antes e retomar minha vida", prevê. Já Wellington Feitosa, 28 anos, vê na obra evangélica uma saída para a mudança de quem entra na detenção e uma garantia de acolhimento da sociedade. "A obra é respeitada, a palavra é respeitada. Aqui fazemos um trabalho que os próprios detentos respeitam e participam", disse ele, que está há três anos no sistema.

Paralelo ao trabalho, o grupo de missionários elaborou uma lista de 12 solicitações em favor

dos detentos, a ser enviada ao Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) e ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O documento foi elaborado com base em sugestões dos próprios detentos, ex-apidados ressocializados e líderes de grupos de trabalhos dentro das detenções. O principal item da lista é a realização de mutirões carcerários a fim de agilizar os processos pendentes, com a presença de juizes. "Hoje, apenas o advogado conduz o processo, o que não resolve a situação do apenado, pois quem decide é o juiz", ressalta o missionário. Outros pontos a aquisição de equipamentos de detector de metais e ações de ressocialização aliada à capacitação profissional e espiritual. Segundo ele, há pedidos de internos interessados em fazer Teologia e, segundo ele, é preciso que tenham opções de formação.



Vamos dar continuidade a este trabalho por tempo indeterminado, pois sabemos da importância da palavra na recuperação destes apenados

**Pastor Erisson
Sousa, do O.R.E.
Pedrinhas**

» Para saber mais

Salvando vidas

Segundo o pastor Erisson Sousa, o movimento dos evangelizadores se formou pela necessidade de uma resposta à população "sobre a situação do sistema e dos próprios detentos". Ele acredita que tendo acesso à palavra cristã há a possibilidade de mudança de pensamento e de postura dos detentos, com maiores chances de recuperação. Para tanto, ao trabalho espiritual deve se somar o de ressocialização. "Ali dentro tem preso que está ocioso, sem nenhuma atividade para desenvolver. Cabeça desocupada é oficina do diabo", disse o pastor. Para participar do projeto, os interessados são submetidos a uma preparação. O grupo mobilizou várias igrejas – evangélicas e católicas – para integrar o trabalho. A ideia é que mais missionários sejam incorporados para que todas as unidades recebam atendimento regular. Segundo o pastor, o número de grupos realizando este trabalho caiu de 60 para quatro na capital.

"Há o medo com a insegurança nos presídios, a falta de apoio das gestões, que burocratizam o acesso dos voluntários e das próprias congregações para que estas ações prossigam", aponta o coordenador. Os missionários prosseguem o cronograma de visitas hoje, na Central de Presos de Justiça do Anil (CCPJ) e retornam ao Complexo de Pedrinhas. A expectativa é reunir 50 voluntários. "Vamos dar continuidade a este trabalho por tempo indeterminado, pois sabemos da importância da palavra na recuperação destas pessoas", destacou o pastor. As visitas têm acompanhamento da Secretaria de Estado de Justiça e Administração Penitenciária (Sejap). O direcionamento é que seja prestado todo apoio aos religiosos que realizam os trabalhos de evangelização nos presídios.

Roseana anuncia mutirão contra crise em presídios



Do discurso à ação. Um dia depois de se reunir com o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, a governadora Roseana Sarney (foto) reuniu representantes dos poderes e órgãos para a primeira reunião do Comitê Gestor de Ações Integradas. Ela anunciou várias ações comuns para pôr fim à crise do sistema carcerário. URBANO 2



O conselho já começou a funcionar hoje e tem metas, tarefas e datas marcadas para o cumprimento das ações

Roseana Sarney,
governadora



REUNIÃO DA SEGURANÇA

Governadora Roseana se reuniu com Comitê Gestor para tratar das ações de combate à crise no sistema penitenciário.

URBANO 2

SISTEMA CARCERÁRIO

Metas de combate à crise

Roseana Sarney e secretários estiveram reunidos para discutir medidas que resolverão os problemas carcerários. No local, decreto foi assinado

A governadora Roseana Sarney, acompanhada de secretários estaduais e de representantes do Ministério Público, do Judiciário e do Legislativo, presidiu a 1ª reunião do Comitê Gestor de Ações Integradas, na tarde de ontem, no Palácio dos Leões. Ela ressaltou que assinou o Decreto nº 29.757, de criação do Conselho, uma das 11 medidas a serem implementadas por meio da parceria entre os governos do estado e federal e que vai contribuir para a resolução da crise no sistema penitenciário.

"O conselho já começou a funcionar hoje e tem metas, tarefas e datas marcadas para o cumprimento das ações que estão previstas. Esperamos que, com essas ações possamos debelar essa crise instalada em parte da Penitenciária de Pedrinhas", afirmou a governadora.

Roseana ressaltou que as 11 medidas, apresentadas pelo ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, durante coletiva de imprensa na última quinta-feira, serão adotadas em conjunto pelos órgãos estaduais e federais, para acelerarem de forma mais rápida. "Uma ação complementa a outra. E nós criamos equipes, e cada equipe vai tomar conta de uma ação, pois elas são específicas de cada área, é como se fosse um mutirão de trabalho para darmos uma resposta imediata ao povo do Maranhão", completou.

Participaram da reunião os secretários estaduais Aluísio Mendes (Segurança Pública), Sebastião Uchoa (Justiça e Administração Penitenciária), João Abreu (Casa Civil), Luiza Oliveira (Direitos Humanos, Assistência Social e Cidadania), Catharina Bacelar (Mulher) e o adjunto de Inteligência da SSP, Laércio Costa.



Governadora Roseana Sarney preside reunião com os integrantes do Comitê Gestor de Ações Integradas

» Memória

Protestos de 2013

O grupo de manifestante que fez o primeiro protesto do ano é o mesmo que tomou as ruas da cidade em junho do ano passado, dando apoio aos movimentos que ocorreram em todo o país contra a corrupção e violência. Cerca de 40 mil manifestantes aderiram à causa na capital.

Os protestos do ano passado também receberam apoio de várias pessoas que não puderam ir às ruas. Um dos protestos que marcaram o ano passado foi o Acorda Maranhão. Que teve concentração na Praça Deodoro, no Centro de São Luís, seguiu pela Avenida Beira-Mar, subindo a Rua do Egito, e foram em direção à Praça Benedito Leite, por trás da Igreja da Sé. De lá, devido às barricadas colocadas pela Polícia Militar, foram obrigados a descer por uma rua de acesso à Beira-Mar e, enfim, chegaram à Ponte do São Francisco.

Uma das atitudes dos manifestantes que mais ficou marcada por toda a imprensa foi o canto do Hino Nacional na Ponte e no Retorno do São Francisco.

Também presentes o presidente do Tribunal de Justiça (TJ), Cleonice Freire; o presidente da Assembleia Legislativa, Arnaldo Melo; o deputado Roberto Costa; o defensor geral do Estado, Aldy Mello Filho; o coordenador da Unidade de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário, desembargador Froz Sobrinho; a corregedora-geral de Justiça, desembargadora Nelma Sarney; o coordenador do Centro de Apoio Operacional (Caop) Criminal, Claudio Cabral Marques; a delegada Geral da Polícia Civil, Cristina Menezes; o comandante da PMMA, coronel Aldimar Zanoni Porto; entre outras autoridades federais e do estado.

Medidas

Os governos do estado e federal realizarão uma série de medidas em prol da Segurança Pública no Maranhão. Ainda ontem, foi assinado o decreto apresentando as ações, são elas:

1. Criação do Comitê de Ações Integradas

Presidido pela governadora Roseana Sarney, o Comitê é composto por representantes dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário do Maranhão, e também pelas Polícias Civil e Militar, o Ministério Público do Maranhão, Polícia Rodoviária Federal, a Secretaria Nacional de Segurança Pública e o Departamento Penitenciário Nacional (Depen), a Defensoria Pública do Estado (DPE/MA), entre outros, com o objetivo de integrar as ações de todos os órgãos.

2. Remoção de Presos

O Ministério Justiça já ofereceu ao Governo do Maranhão vagas em presídios federais de Segurança Máxima para receber presos do Complexo Penitenciário de Pedrinhas, em São Luís.

3. Mutirão das Defensorias Públicas

A ação vai reunir defensores públicos do Estado e Federal - e poderá contar com auxílio de defensorias de outros estados - para analisar caso a caso, verificando as penas e se o apenado tem direito à progressão. Com isso, pretende-se respeitar o direito dos presos e corrigir possíveis irregularidades, como pessoas presas além do tempo estipulado na pena.

4. Auxílio da Força Nacional

A Força Nacional já está no Maranhão e deve continuar no estado até o fim de fevereiro, a medida visa dar apoio ao sistema prisional maranhense.

5. Plano de Ação Integrada de Inteligência e Segurança Nacional

O plano vai criar procedimentos internos nos presídios, e a inteligência prisional vai detectar as infrações existentes nos locais, com a existência de celulares e televisões. O plano é integrado para que as ações de segurança do Maranhão sejam discutidas em conjunto.

6. Construção de Unidades Prisionais

O Governo do Maranhão já tem em fase de conclusão várias unidades prisionais, como a de segurança máxima em São Luís (com 150 vagas), e a reforma e ampliação das unidades de Coroatá (com 150 vagas), de

Codó e Balsas (cada uma com 200 vagas) e sendo concluída a construção do Presídio de Imperatriz (250 vagas). Com isso, será possível por em prática um plano de realocação prisional, evitando conflitos entre os internos.

7. Núcleo para famílias

O núcleo de atendimento para as famílias dos presos vai ser criado com o objetivo de fornecer serviços relacionados ao sistema prisional e informações gerais, garantindo mais conforto no atendimento aos parentes de presos.

8. Saúde Prisional

O setor de saúde prisional terá verbas destinadas para que os presos tenham atendimento de médicos e enfermeiros. O ministro Cardozo ressaltou que o Ministério vai ajustar o plano de saúde para que o preso do Maranhão tenha acesso a esse serviço.

9. Capacitação

As forças policiais terão apoio para capacitação, de forma a desenvolver um plano de atendimento.

10. Penas alternativas

Outra ação que deve ser desenvolvida por meio da parceria entre os Governos Federal e o Estadual é a implantação de alternativas penais, como a revisão de penas alternativas e monitoramento eletrônico.

11. Integração do Ministério Público e Poder Judiciário

A Secretaria de Reforma do Poder Judiciário, do Ministério da Justiça, e o Departamento de Penitenciária Nacional, em conjunto com o governo do Maranhão, proporão ao Poder Judiciário e ao Ministério Público uma reunião conjunta. Logo após definidas as diretrizes do Mutirão e os prazos de realização, uma reunião com juízes e promotores, justamente, para que o trabalho do Mutirão seja absorvido com rapidez com relação ao que for detectado.

Comitiva de senadores faz visita a presídio do Maranhão na segunda

Página 3

Na Segunda-feira

Comitiva de senadores faz visita a presídio do Maranhão

Parlamentares da Comissão de Direitos Humanos do Senado programaram para segunda-feira (13) uma "diligência" no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, em São Luis, informou a assessoria do órgão.

Às 12h30, o grupo visitará Pedrinhas, centro da crise do sistema prisional do Maranhão. Os senadores também terão encontros com autoridades, entre as quais a governadora Roseana Sarney (PMDB).

Brigas de facções em Pedrinhas provocaram cerca de 60 mortes no presídio no

ano passado, algumas por decapitação, situação que levou a Organização das Nações Unidas (ONU) a pedir ao Brasil a apuração das violações de direitos humanos. Levantamento do G1 indicou que uma de cada quatro mortes de presos no Brasil no ano passado ocorreu no Maranhão. Na semana passada, uma onda de ataques foi deflagrada em São Luis após ordens emitidas por chefes da facções presos em Pedrinhas. Ônibus foram incendiados, delegacias foram alvejadas com tiros e uma menina de 6 anos morreu com

95% do corpo queimado.

Além da visita ao presídio, os senadores participarão às 10h de uma reunião na sede da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); às 14h30, terá encontro com membros do Ministério Público do Maranhão; às 16h, com a presidente do Tribunal de Justiça, Cleonice Silva Freire; e, às 17h, audiência com a governadora Roseana Sarney.

A comitiva do Senado no Maranhão reunirá pelo menos a presidente da comissão, Ana Rita (PT-ES), o vice, João Capiberibe (PSB-

AP) e Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), senadores que tinham confirmado presença até esta sexta.

Nesta quinta (9), o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, anunciou um plano emergencial para tentar diminuir a violência no sistema carcerário do estado. O plano reúne 11 medidas, entre as quais a criação de um comitê gestor coordenado pela governadora Roseana Sarney e supervisionado pelo governo federal, que prevê ações integradas entre Executivo, Legislativo e Judiciário.

Transferência

Varas de Execução Penal e da Infância e Juventude de São Luís serão remanejadas para o Fórum

Em visita ao Fórum de São Luís na tarde da última quarta-feira (08) a corregedora-geral da Justiça, desembargadora Nelma Sarney, definiu que a 1ª Vara de Execuções Penais e a 2ª Vara da Infância e da Juventude serão transferidas para o Fórum da Capital.

Acompanhada do diretor do Fórum, juiz Osmar Gomes, a corregedora percorreu todo o Fórum e solicitou a adoção de medidas urgentes visando à adequação dos espaços físicos que irão receber as unidades judiciais. Nelma Sarney cobrou agilidade, também, na finalização das obras de adequações que ainda estão sendo realizadas no setor que corresponde ao prédio antigo.

Melhorias - Ficou acertado que haverá ampliação do estacionamento e foram verificadas as necessidades de melhoria e as adequações físicas que ainda precisam ser realizadas para que as unidades judiciais ofereçam melhores condições de trabalho aos servidores e magistrados que funcionam no prédio possam prestar melho-

res serviços à população.

Ficou definido que haverá adequações para ampliação do estacionamento, assim como a criação do restaurante e área de convivência. Outro ponto reforçado pelo juiz Osmar Gomes foi a humanização dos espaços de circulação de pessoas no Fórum. O magistrado pretende promover ações para valorização da cultura regional.

A desembargadora aprovou a ideia e reforçou que no Fórum de São Luís circulam entre 5 e 6 mil pessoas diariamente durante um dia normal de trabalho, considerando entre sociedade, servidores e operadores do Direito. Ela destacou que é preciso tornar o ambiente mais leve, apesar das atividades judiciais cotidianas.

Estiveram presentes na visita os juízes José Costa (2ª Vara da Infância), Roberto de Paula (1ª Vara de Execuções Penais), Sara Gama (auxiliar). Também acompanharam as inspeções os técnicos da empresa responsável pelas obras de adequações que estão sendo realizadas.

Reajuste

Ficou abaixo da inflação, mas ainda assim os usuários reclamam, talvez com razão: O Tribunal de Justiça do Maranhão resolveu reajustar em 5,58% os valores das custas e emolumentos cobrados pelos cartórios no Maranhão. O percentual teve como base o índice nacional de preços ao consumidor (INPC), apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no período de dezembro de 2012 a novembro de 2013. As taxas também estão disponíveis no Portal do Judiciário, na seção “Ferj”.

Serviços cartoriais têm novos valores no Maranhão

Estão em vigor, desde o dia 1º de janeiro, as tabelas com os novos valores das custas e emolumentos cobrados pelos cartórios no Maranhão. As taxas a serem praticadas durante o ano de 2014 foram reajustadas pelo Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA) em 5,58%, conforme prevê a Lei 9.109/2009, que regula a cobrança dos serviços.

O percentual teve como base o índice nacional de preços ao consumidor (INPC), apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – (IBGE), no período de dezembro de 2012 a novembro de 2013 (últimos 12 meses).

De acordo com a Resolução 73/2013, os valores dos emolumentos devem ser compatíveis com os custos de remuneração dos serviços prestados pelos cartórios. A divulgação da tabela é obrigatória por parte das serventias. As taxas também estão disponíveis no Portal do Judiciário, na seção “Ferj”.

“O índice aplicado consiste

apenas numa atualização monetária, a fim de adequar os valores praticados pelos cartórios à realidade econômica atual”, explica a diretora do Fundo de Modernização e Reparcelamento do Judiciário (Ferj), Celerita Dinorah de Carvalho.

Tabela – A nova tabela traz, de forma detalhada, os valores a serem aplicados pelos cartórios extrajudiciais de todo o Estado nos serviços de registro civil das pessoas físicas e jurídicas, registros de imóveis e protestos de títulos.

Os valores variam de R\$ 3,20 (distribuição de petição inicial) a R\$ 8.082,70 (máximo para a execução de título judicial).

Arrecadação – Do total arrecadado pelos cartórios extrajudiciais, 12% são destinados ao Ferj – o fundo que subsidia as despesas de elaboração e execução de planos, programas e projetos para a modernização e o desenvolvimento dos serviços judiciais - ficando os 88% restantes da receita para os cartórios.

- Os trabalhos na secretaria judicial estão sendo coordenados pelo juiz Mazurkiewicz Saraiva de Sousa, titular da unidade judicial. As atividades de correição prosseguem na comarca até o dia 20 de janeiro.

Esquisitices da violência

A omissão às vezes pode ser um pecado maior que a ação. E a omissão mais esquisita é a do pré-candidato a governador Luis Fernando Silva. Ele, que foi secretário-chefe da Casa Civil durante quase três anos, permanece sem se pronunciar sobre o fato político do Maranhão (porque é um fato político) que maior repercussão internacional teve em toda história do Estado. É a situação de quem não pode se queimar com o governo e não quer se queimar com a população.

Outra esquisitice da violência é o cardápio comemorativo que havia sido licitado às pressas, enquanto o mundo inteiro, olhando para esse estado, morre de fome de Justiça: lagostas com sangue, camarões fora da lei e patadas de caranguejos gigantes na cara do povo. Menos mal que não resistiram à repercussão e adiarão as compras.

E mais esquisita ainda é a insegurança na Penitenciária de Pedrinhas quando se sabe que a “Atlântica Seguros”, de propriedade do marido da governadora, Jorge Murad, é uma das empresas contratadas para prestar serviços no Complexo Penitenciário. Sendo assim, era de se esperar que fosse ali o lugar mais seguro do Maranhão. Principalmente porque há empresas de outros importantes prestando serviço ao Sistema Carcerário.

Esquisito é os deputados da Comissão de Segurança da Assembleia visitarem aquele IML e saírem afirmando que a ordem está sendo restabelecida. Até quando, Suas Excelências não querem saber.

Esquisito é o destino daquele borracheiro que, sob a acusação de receptor três pneus, foi parar naquele inferno e teve sua cabeça cortada. Mas sobre os convênios fantasmas milionários da Sedes a Justiça não diz uma palavra.

Esquisito, se querem saber, é o PMDB do Maranhão, depois de toda essa sangria na opinião pública internacional, ainda esperar apoio da presidente Dilma Rousseff na próxima eleição. Nem que lhe cortem a cabeça e incendeiem o avião presidencial.

(JM Cunha Santos)

UCHOA DESMENTE MATÉRIA DO JORNAL 'O ESTADO DE S. PAULO'

PÁGINAS 2 [C1] e 1 [C2]

Uchoa desmente matéria do jornal 'O Estado de S. Paulo'

Secretário afirma que denúncia do 'Estadão' é infundada e criminosa

Em contato com a Redação do **Jornal Pequeno**, o secretário de Justiça e Administração Penitenciária, Sebastião Uchoa, declarou, na noite desta sexta-feira (10), que é "infundada e criminosa" a denúncia de que a Sejap contratou em setembro do ano passado, para reformar um presídio, sem licitação, uma empresa que, três meses antes, foi acusada por uma comissão da Assembleia Legislativa do Estado de envolvimento num esquema que teria desviado R\$ 4,9 milhões da Secretaria de Desenvolvimento Social e Agricultura Familiar (Sedes).

Sebastião Uchoa disse que mandou abrir um processo administrativo contra o servidor Ideraldo Lima Gomes, diretor jurídico do Sindicato dos Agentes Penitenciários do Maranhão (Sindspem).

"Estou também pedindo a abertura de inquérito policial e vou ingressar com ação por danos morais contra este servidor público e contra o jornal O Estado de S. Paulo", afirmou Uchoa. Ele explicou que as obras realizadas na Unidade Prisional do

Monte Castelo decorreram de uma determinação judicial contida na Portaria nº 001/2013, da lavra dos juízes Carlos Roberto Gomes de Oliveira Paula e Fernando Mendonça.

Os dois magistrados deram um prazo de 10 dias para o remanejamento de presos da Penitenciária de Pedrinhas para a Unidade Prisional de Monte Castelo, que estavam sob a administração da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (Apac).

Segundo Sebastião Uchoa, o presidente da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados de São Luís, Dom Xavier Gilles, solicitou formalmente a reforma das instalações da Unidade do Monte Castelo, que foi realizada pela Sejap.

"Tratava-se de uma situação de emergência, e neste caso a legislação prevê dispensa de licitação. Agora, todas as obras ali realizadas foram devidamente acompanhadas pela diretoria da Apac e o pagamento destas obras somente foi efetuado após a apresentação de relatório circunstanciado com fotografias de todas as

obras e serviços efetuados".

Sebastião Uchoa informou ainda que, recentemente, a Corregedoria da Sejap recomendou punição ao servidor Ideraldo Lima Gomes, atual diretor jurídico do Sindicato dos Agentes Penitenciários do Maranhão (Sindspem) e ex-diretor do Centro de Detenção Provisória, por transgredir preceitos do Estatuto do Servidor Público.

"Este é o segundo caso em que a nossa gestão está sendo vítima de difamação e calúnia por membros do Sindicato dos Agentes Penitenciários do Maranhão. Isto tudo, eu acredito, é uma reação a medidas administrativas moralizadoras que temos tomado no âmbito dos serviços funcionais, que não tinham fiscalização por parte de gestões pretéritas. Por esta razão, estamos sofrendo boicotes", frisou Uchoa.

Ele acrescentou que também determinou a abertura de sindicância e inquérito policial para apurar extravio de processos administrativos disciplinares, que sumiram da repartição para não gerar responsabilidades de servidores em casos em que caberiam punições. "É importante deixar claro: jamais compartilharia com qualquer tipo de ilicitude, sobretudo com a malversação de recursos públicos", enfatizou Uchoa.

Judicializando

A bancada da oposição encaminhou ofício ao juiz da Vara de Execuções Penais solicitando informações sobre os contratos com as empresas terceirizadas que prestam serviço no Complexo penitenciário de Pedrinhas.

Os parlamentares da oposição desejam saber ainda as razões que levaram o governo a entregar 70% das verbas, segundo eles, para uma única empresa e as especificações das penas dos 62 detentos assassinados.

Rubens Júnior estará de volta a São Luís na próxima segunda-feira e já convocou uma reunião de trabalho para tratar sobre a crise no sistema carcerário.

Comissão do Senado prepara visita a prisões e pedidos de informações ao Maranhão

PÁGINA 3 [C1]

Comissão do Senado prepara visita a prisões e pedidos de informações ao MA

Apesar do recesso parlamentar, a Comissão de Direitos Humanos do Senado decidiu realizar na segunda-feira (13) uma visita ao Complexo Penitenciário de Pedrinhas, em São Luís (MA), para checar a situação dos presos e as condições da unidade prisional.

Na diligência, os parlamentares também vão reunir informações para um eventual posicionamento sobre uma intervenção federal no Estado, que vem sendo discutida pelo Ministério Público. O conjunto de cadeias do Maranhão é o pivô da onda de violência que tomou conta do Maranhão desde o fim do ano passado.

Segundo o governo maranhense,

é das unidades prisionais que partiram as ordens para ataques a ônibus e delegacias na semana passada – quatro pessoas se feriram e uma criança morreu. Desde 2013, 62 detentos foram mortos em confrontos entre facções criminosas estabelecidas em Pedrinhas.

A presidente da comissão, senadora Ana Rita (PT-ES), deve ser acompanhada pelos colegas Randalfe Rodrigues (PSOL-AP) e João Capiberibe (PSB-AP). A comissão ainda prepara um pedido de informação aos órgãos governamentais e vai tratar do assunto no dia 5 de fevereiro, em sua primeira reunião do ano.

Simplicio participará de comitiva

Integrante da Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM), da Câmara dos Deputados, o deputado federal Simplicio Araújo (Solidariedade/MA) foi convidado a participar da visita da comissão do Senado ao Complexo Penitenciário de Pedrinhas. "A visita é necessária considerando a gravidade da situação. Espero que sejam tomadas as medidas necessárias; se for o caso, até uma intervenção

federal no nosso estado", ressaltou Simplicio.

As atividades da CDH têm início às 10h, na sede da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), onde os parlamentares terão reunião com a sociedade civil organizada. Após a reunião, os integrantes da comissão irão a Pedrinhas, acompanhados de autoridades do Poder Judiciário, Ministério Público, governo do Estado e Defensoria Pública.



SENADORA Ana Rita (PT-ES) comandará a comissão que virá ao estado

Governadora reúne o Comitê e anuncia metas contra crise



GOVERNADORA anuncia à imprensa as metas do Comitê Gestor para acabar com a crise no sistema penitenciário

A governadora Roseana Sarney presidiu, ontem, no Palácio dos Leões, a 1ª reunião do Comitê Gestor de Ações Integradas, e assinou o decreto de criação do Conselho, uma das 11 medidas a serem implementadas por meio da parceria Estado-União que deve contribuir para a resolução da crise no sistema penitenciário. **PÁGINA 4 (C1)**

Roseana reúne Comitê Gestor e anuncia metas para combater crise nos presídios

A governadora Roseana Sarney, acompanhada de secretários de Estado e de representantes do Ministério Público, do Judiciário e do Legislativo, presidiu a 1ª reunião do Comitê Gestor de Ações Integradas, na tarde de ontem (10), no Palácio dos Leões. Ela ressaltou que assinou o Decreto nº 29.757, de criação do Conselho, uma das 11 medidas a serem implementadas por meio da parceria entre os governos do Estado e federal e que vai contribuir para a resolução da crise no sistema penitenciário.

"O conselho já começou a funcionar hoje e tem metas, tarefas e datas marcadas para o cumprimento das ações que estão previstas. Esperamos que, com essas ações possamos debelar essa crise instalada em parte da Penitenciária de Pedrinhas", afirmou a governadora.

Roseana ressaltou que as 11 medidas, apresentadas pelo ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, durante coletiva de imprensa na quinta-feira (9), serão adotadas em conjunto pelos órgãos estaduais e federais, para acontecerem de forma mais rápida. "Uma ação complementa a outra. E nós criamos equipes, e cada equipe vai tomar conta de uma ação, pois elas são específicas de cada área, é como se fosse um mutirão de trabalho para darmos uma resposta imediata ao povo do Maranhão", completou.

Participaram da reunião os secretários de Estado, Alufio Mendes (Segurança Pública), Sebastião Uchoa (Justiça e Administração Penitenciária), João Abreu (Casa Civil), Luíza Oliveira (Direitos Humanos, Assistência Social e Cidadania), Catharina Bacelar (Mulher) e o adjunto de Inteligência da SSP, Laércio Costa.

Também presentes o presidente do Tribunal de Justiça (TJ), Cleonice Freire; o presidente da Assembleia Legislativa, Arnaldo Melo; o deputado Roberto Costa; o defensor geral do Estado, Aldy Mello Filho; o coordenador da Unidade de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário, desembargador Froz Sobrinho; a corregedora-geral de Justiça, desembargadora Nelma Sarney; o coordenador do Centro de Apoio Operacional (Caop) Criminal, Cláudio Cabral Marques; a delegada Geral da Polícia Civil, Cristina Meneses; o comandante da PMMA, coronel Aldimar Zanoni Porto; entre outras autoridades federais e do estado.



GOVERNADORA PRESIDE reunião com os integrantes do Comitê Gestor de Ações Integradas

MEDIDAS

Medidas – Os governos do Estado e federal realizarão uma série de medidas em prol da Segurança Pública no Maranhão. Ainda ontem, foi assinado o decreto apresentando as ações, são elas:

1. Criação do Comitê de Ações Integradas: Presidido pela governadora Roseana Sarney, o Comitê é composto por representantes dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário do Maranhão, e também pelas Polícias Civil e Militar, o Ministério Público do Maranhão, Polícia Rodoviária Federal, a Secretaria Nacional de Segurança Pública e o Departamento Penitenciário Nacional (Depen), a Defensoria Pública do Estado (DPE/MA), entre outros, com o objetivo de integrar as ações de todos os órgãos.

2. Remoção de Presos: O Ministério da Justiça já ofereceu ao governo do Maranhão vagas em presídios federais de Segurança Máxima para receber presos do Complexo Penitenciário de Pedrinhas, em São Luís.

3. Mutirão das Defensorias Públicas: A ação vai reunir defensores públicos do Estado e federal - e poderá contar com auxílio de defensorias de outros estados - para analisar caso a caso, verificando as penas e se o apenado tem direito à progressão. Com isso, pretende-se respeitar o direito dos presos e corrigir possíveis irregularidades, como pessoas presas além do tempo estipulado na pena.

4. Auxílio da Força Nacional: A Força Nacional já está no Maranhão e deve continuar no estado até o fim de fevereiro, a medida visa dar apoio ao sistema prisional maranhense.

5. Plano de Ação Integrada de Inteligência e Segurança Nacional: O plano vai criar procedimentos internos nos presídios, e a inteligência prisional vai detectar as infrações existentes nos locais, com a existência de celulares e televisões. O plano é integrado para que as ações de segurança do Maranhão sejam discutidas em conjunto.

6. Construção de Unidades Prisionais: O go-

verno do Maranhão já tem em fase de conclusão várias unidades prisionais, como a de segurança máxima em São Luís (com 150 vagas), e a reforma e ampliação das unidades de Coroatá (com 150 vagas), de Codó e Balsas (cada uma com 200 vagas) e sendo concluída a construção do Presídio de Imperatriz (250 vagas). Com isso, será possível por em prática um plano de realocação prisional, evitando conflitos entre os internos.

7. Núcleo para famílias: O núcleo de atendimento para as famílias dos presos vai ser criado com o objetivo de fornecer serviços relacionados ao sistema prisional e informações gerais, garantindo mais conforto no atendimento aos parentes de presos.

8. Saúde Prisional: O setor de saúde prisional terá verbas destinadas para que os presos tenham atendimento de médicos e enfermeiros. O ministro Cardozo ressaltou que o Ministério vai ajustar o plano de saúde para que o preso do Maranhão tenha acesso a esse serviço.

9. Capacitação: As forças policiais terão apoio para capacitação, de forma a desenvolver um plano de atendimento.

10. Penas alternativas: Outra ação que deve ser desenvolvida por meio da parceria entre os governos federal e o estadual é a implantação de alternativas penais, como a revisão de penas alternativas e monitoramento eletrônico.

11. Integração do Ministério Público e Poder Judiciário: A Secretaria de Reforma do Poder Judiciário, do Ministério da Justiça, e o Departamento de Penitenciária Nacional, em conjunto com o governo do Maranhão, proporão ao Poder Judiciário e ao Ministério Público uma reunião conjunta. Logo após definidas as diretrizes do Mutirão e os prazos de realização, uma reunião com juizes e promotores, justamente, para que o trabalho do Mutirão seja absorvido com rapidez com relação ao que for detectado.

*Para juiz,
transferência de
presos do MA
pode fortalecer
facções*

PÁGINA 5 [C1]

Para juiz, transferência de presos do Maranhão pode fortalecer facções

Transferir presos do Maranhão, que vive uma crise carcerária, para cadeias de outros Estados vai fortalecer e até mesmo unificar as facções criminosas que atuam hoje, principalmente, no Complexo Penitenciário de Pedrinhas.

Essa é a opinião do juiz da 2ª Vara de Execuções Penais de São Luís (MA), Fernando Mendonça. O envio de detentos para unidades prisionais federais está previsto no plano emergencial anunciado na quinta-feira (9), pelo ministro José Eduardo Cardozo (Justiça).

"Sou contrário a qualquer transferência. Não tenho condições de vetar, pois são dezenas de presos de diversas varas criminais, e duas varas penais. Mas a transferência favorece a saída de presos que muitas vezes não têm nenhum contato com organizações criminosas, e acabam recrutados", afirmou.

Em Pedrinhas, 62 presos morreram desde o ano passado. Como mostrou vídeo divulgado pela Folha, três deles foram decapitados.

No início desta semana, o governo maranhense anunciou que aceita a oferta da

União para transferir presos para penitenciárias federais. Apesar do anúncio, o secretário de Justiça e Administração Penitenciária do Maranhão, Sebastião Uchoa, disse não acreditar que a transferência bastaria para solucionar a crise de segurança pública enfrentada pelo Estado.

O juiz do Maranhão diz que a grande preocupação é que a ida de líderes de facções rivais para fora do Estado possa fazer com que eles voltem unificados.

'Máfia dividida' - Mendonça, 59, cita o filósofo Nicolau Maquiavel (1469-1527) para justificar a declaração. "Pensando como Maquiavel, é mais fácil reinar sobre uma máfia dividida. [Agora], se você tem várias facções, é mais fácil controlá-las do que se tiver apenas uma única facção."

O juiz do Maranhão atua na questão penitenciária há mais de uma década. "Eu vi tudo acontecer. Até 2007, meados de 2008, nós não mandávamos ninguém para fora [do Estado]. Assim, eles não tinham possibilidade de receber influência de fora. Já existiam facções

no Maranhão, mas elas não tinham capacidade de liderança", afirma.

"Fora do Maranhão, os detentos podem ser obrigados a se unificarem por força de organizações nacionais. É esse pessoal passaria a ter mais dinheiro, mais armamento e capacidade operacional maior", diz.

Entretanto, Mendonça admite que dificilmente conseguiria impedir as transferências dos presos. "Todos nós aqui somos contra. Mas é difícil dizer que vamos vetar, impedir isso, pois a população quer, o Ministério da Justiça quer. Mas o que não se sabe é que daqui a três meses eles voltarão piores."

Uma alternativa para as transferências, segundo o juiz, seria a utilização de espaços que serviriam de isolamento para os detentos considerados mais perigosos. "Mas o próprio Estado admite sua falência, admite que não conseguiriam fazer isso. Há um espaço usado na Polícia Militar que foi destinado a presos após rebeliões anteriores, mas mesmo lá dentro foi constatado que entravam armas, dinheiro e celular".
(Folha Online)



JUIZ FERNANDO Mendonça
durante uma rebelião em
Pedrinhas

NOTA DE ESCLARECIMENTO

Em atenção à notícia amplamente divulgada, em 9 de janeiro do corrente ano, no jornal “O Estado de São Paulo”, intitulada “Maranhão dobra gasto com prisão terceirizada”, a empresa Atlântica Segurança Técnica Ltda. (“Atlântica Segurança Técnica”) citada negativamente na referida notícia, vem prestar os seguintes esclarecimentos.

Com atuação desde 1986, a Atlântica Segurança Técnica tem se firmado como uma das maiores, senão a maior, empresa especializada na prestação de serviços de segurança e vigilância armada no Estado do Maranhão, possuindo mais de 8.000 (oito mil) empregados, sendo referência, neste ramo, contando com vasta experiência e inquestionáveis credibilidade e profissionalismo na execução das suas atividades empresariais.

Esclarece a Atlântica Segurança Técnica que, em janeiro de 2012, firmou contrato com o Estado do Maranhão, por intermédio da Secretaria de Estado da Justiça e da Administração Penitenciária – SEJAP, para a prestação de serviços de vigilância e segurança nas instalações prisionais de responsabilidade daquela Secretaria em todo o Estado do Maranhão, com previsão de implantação de 80 (oitenta) postos, incluindo o Complexo Penitenciário de Pedrinhas.

O mencionado contrato, é preciso ressaltar, foi firmado com base no art. 15 da Lei 8666/93, a partir da adesão da SEJAP-MA à Ata de Registro de Preço n. 36/2011-TJMA resultado da licitação realizada pelo Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão (Pregão Eletrônico n. 25/2011-TJMA), da qual a Atlântica Segurança Técnica se sagrou vencedora, de modo que a contratação foi, e continua sendo, absolutamente legal.

A Atlântica Segurança Técnica informa que parte significativa do custo resultante do contrato celebrado com o Estado do Maranhão, através da SEJAP, corresponde à remuneração e demais despesas com os seus vigilantes, os quais, por força da Convenção Coletiva de Trabalho do ano de 2013, foram beneficiados com reajuste salarial e com a elevação do adicional de risco que passou de 11 (onze) para 30% (trinta por cento), impactando, por sua vez, nos encargos sociais incidentes.

Por outro lado, também no ano de 2013, houve um acréscimo expressivo na quantidade de postos de vigilância e segurança atendidos pela Atlântica Segurança Técnica, justificando, assim, a majoração nos pagamentos feitos pela SEJAP naquele ano em relação ao anterior.

Quanto à suposta ausência de treinamento dos terceirizados para os serviços que estão sendo prestados pela Atlântica Segurança Técnica, informa esta empresa que, além da capacitação providenciada pela própria Atlântica, os vigilantes e seguranças alocados no sistema prisional do Estado do Maranhão são devidamente treinados pela SEJAP, a exemplo do que ocorre com os agentes penitenciários.

Por fim, a Atlântica Segurança Técnica, restabelecendo a verdade dos fatos, enfatiza que o seu representante legal, Sr. Luiz Carlos Cantanhede Fernandes, não é sócio do Sr. Jorge Murad, marido da Governadora do Estado do Maranhão, como, açodadamente, se veiculou através da notícia ora esclarecida.

São Luís (MA), 9 de janeiro de 2014.

Atlântica Segurança Técnica Ltda.

Números

O Telejudiciário – serviço gratuito do Tribunal de Justiça do Maranhão, que atende pelo número 0800-707-1581 – fez 34.359 atendimentos no ano de 2013. Nos últimos 12 meses, o serviço foi acionado por mais de 28 mil pessoas interessadas em informações sobre o Poder Judiciário, além de consultas às movimentações processuais, plantões, casamentos comunitários, correições, sessões do tribunal do júri, agendamento de audiências de conciliação e outras 42 opções disponíveis.